

**IMPACTO DAS COMUNIDADES DE POBREZA RELATIVA NOS MANGUEZAIS:
TRABALHADORES DA PESCA ARTESANAL INVISÍVEIS****José Teixeira de Seixas Filho***UNISUAM
jseixas4@gmail.com**Sílvia Conceição Reis Pereira Mello****UNISUAM / Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
silviaqua@uol.com.br**Rafael Antunes da Silva*****Faculdade de Enfermagem Bezerra de Araújo
rafa.enfo@hotmail.com**André Luiz Reis Gracio******Faculdade de Enfermagem Bezerra de Araújo
enfoped1408@gmail.com

* Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado Em Ciências Biológicas pela Fundação Técnico Educacional Souza Marques (1981), mestrado em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa (1990), doutorado em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa (1998) e Pós-doutorado em Bioquímica/Enzimologia pelo Instituto de Biotecnologia Aplicada à Agropecuária - BIOAGRO - da Universidade Federal de Viçosa (2008). Pesquisador aposentado da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é Professor Titular do Centro Universitário Augusto Motta, Coordenou o Mestrado Multidisciplinar em Desenvolvimento Local da UNISUAM (2008-2010) onde Desenvolve pesquisas em inserção social, cadeias produtivas sustentáveis, recursos hídricos e análises socioeconômicas em populações vulneráveis.

** Doutora (2009) e Mestre (2000) em Higiene veterinária e processamento tecnológico de produtos de origem animal pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua na área de ensino e pesquisa sendo pesquisadora da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro e professora e orientadora do curso de Mestrado em Desenvolvimento Local e do curso de graduação em Ciências Biológicas da UNISUAM.

*** Possui graduação em Enfermagem pela Faculdade Bezerra de Araújo (2010); Mestrando em Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM); Pós-graduação em Enfermagem Obstétrica (FABA); Docência do Ensino Fundamental e Médio (AVM-UCAM); Pós-Graduando em Enfermagem em Terapia Intensiva e Emergência (Celso Lisboa). Pós-graduação Trabalho pela Faculdade Internacional Signorelli. Atualmente é professor na graduação em enfermagem pela Faculdade Bezerra de Araújo - Coordenador da Pós-graduação em Enfermagem do Trabalho - FABA e Coordenador do Curso de Extensão em Urgência e Emergência - CBA. Professor de Enfermagem na Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) e Professor - No Centro de Formação Profissional Bezerra de Araújo (CBA). Enfermeiro Emergencista adulto, pediátrica e obstétrica no Hospital Daniel Lipp.

**** Possui graduação em Letras pela Universidade Estácio de Sá (2005). Graduado em Enfermagem pelo Centro universitário Augusto Motta (2011). Pós Graduado em Saúde a Criança e Neonatologia. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem intensiva neonatal e pediátrica. Docência em ensino médio e técnico em enfermagem.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo avaliar a relação do homem com o manguezal, sendo esta muito antiga. Um dos principais problemas causados pelas ações antrópicas sobre os manguezais é justamente o desmatamento. Pelo ponto de vista socioambiental algumas comunidades ribeirinhas mantêm relação de grande dependência com os recursos oferecidos pelos manguezais. Os pescadores artesanais e, sobretudo, pescadoras no trabalho de extração de mariscos, são sujeitos invisíveis pela situação de negligência e desamparo institucional. Estas categorias profissionais que sobrevivem há milênios ainda não conquistaram o direito efetivo à saúde, em especial à saúde do trabalhador. Torna-se urgente a melhoria das condições de trabalho dessa população que realiza extensa jornada de trabalho com a realização repetitiva de intensos esforços físicos associados a precariedade econômica, devido a uma relação comercial injusta que são submetidos com a figura do intermediário que se apropriam da maior parte do fruto do seu trabalho, sem que haja uma reação do poder público no planejamento de estratégias que protejam, efetiva e definitivamente, essa classe de trabalhadores.

Palavras-chave: Meio ambiente. Manguezais. Pesca artesanal.

IMPACT OF RELATIVE POVERTY COMMUNITIES IN MANGUAGES: INVISIBLE CRAFT FISHERIES WORKERS

ABSTRACT

The objective of this work was to evaluate the relationship between man and mangrove, which is very old. One of the main problems caused by anthropic actions on mangroves is precisely deforestation. From the socio-environmental point of view, some riverine communities maintain a relationship of great dependence on the resources offered by the mangroves. Artisanal fishers and, above all, fishermen in the work of shellfish extraction are invisible subjects due to neglect and institutional neglect. These professional categories that have survived for millennia have not yet achieved the effective right to health, especially to the health of the worker. It is urgent to improve the working conditions of this population that carries out an extensive work day with the repetitive realization of intense physical efforts associated with economic precariousness due to an unfair commercial relationship that are submitted with the figure of the intermediary who appropriate the greater part of the fruit of their work, without there being a reaction of the public power in the planning of strategies that effectively and definitely protect this class of workers.

Keywords: Environment. Mangroves. Artisanal fishing.

1 INTRODUÇÃO

O rápido e desorganizado crescimento urbano gera grandes impactos aos corpos hídricos (Seixas Filho e Silva, 2017). A importância dos mangues para a sobrevivência dos animais e para a geração de renda para um segmento que dele vive é indiscutível. É por meio dos mangues que as várias espécies de animais se reproduzem devido aos nutrientes que ali encontram.

A ocupação de áreas no entorno dos mangues nos faz refletir sobre no que pode se transformar uma região onde a poluição passou a ser a preocupação de todos. A margem dos mangues é possível identificar uma série de resíduos de produtos descartados que por alguma razão ou por desconhecimento não provoca preocupação nas comunidades que ali existem, provocando assim uma consequência que a curto prazo não será resolvida (OGEDA e SEIXAS FILHO, 2017).

Torna-se necessário avaliar, identificar e conhecer as razões pelas quais as comunidades ali localizadas cuidam ou não de um bem tão precioso para as suas vidas e do próximo, tanto no âmbito da vida dos animais quanto das pessoas, sejam elas das comunidades ou não. Além dos cuidados com despoluição dos rios, do mar e das lagoas.

O êxodo das populações em estado de vulnerabilidade leva muitas destas pessoas a se tornarem moradores de comunidades, seja por vontade própria ou por uma determinação do Estado, e que algumas vezes para ali vão numa situação provisória e acabam sendo moradores permanentes.

Sem infraestrutura adequada, as precárias condições de vida oferecidas para essas comunidades as transformam numa população despreocupada com o que é de mais valia na vida de todos.

KOTLER e LEE (2010) relatam que a pobreza fere a todos:

A pobreza é uma convocação para agir para os pobres e também para os ricos – um chamado para mudar o mundo a fim de que muitos mais tenham o suficiente para comer, abrigo adequado, acesso à educação e saúde, proteção diante da violência e voz ativa sobre o que ocorre em sua comunidade (Kotler, 2010. p. 31).

Fere a todos porque com saúde deficitária, condições econômicas difíceis, acesso

difícil à educação, fatores sociais adversos e fatores ambientes totalmente fora de uma política ambiental de conscientização, acaba que toda sociedade também recebe esses reflexos tornado-se refém das políticas públicas deficitárias para a sociedade como um todo, porque gera desespero, sendo que, para o protagonista desta situação, a saída às vezes é a violência que atinge a toda sociedade. O tema é relevante por focar a questão do saneamento básico, a saúde, a geração de renda proveniente dos manguezais e as políticas para o meio ambiente com ações de limpeza urbana e conservação dos manguezais.

2 DESENVOLVIMENTO

As interferências do homem sobre os ecossistemas do planeta aconteceram antes mesmo da Revolução Industrial, porém, após esse período sucedeu um agravamento nas mudanças climáticas, sendo destacado principalmente o aquecimento global. Apesar das grandes alterações benéficas para o desenvolvimento da vida, esse período da revolução também agravou ainda mais a degradação que já acontecia (CORTEZ, 2011).

A relação do homem com o manguezal é muito antiga, a qual remonta algumas civilizações, como a da Grécia Antiga e a Pré-Colombiana no Equador. A utilização era para obtenção de alimentos, remédios, artefatos de pesca e para agricultura, utensílios caseiros e construção de moradias. Isto ainda acontece nos dias atuais em algumas comunidades, nas quais são mantidas a tradicional idade, como os aborígenes da Austrália e os piratas do mar das Filipinas (PEREIRA FILHO e ALVES, 1999).

Há cerca de 7.000 anos a ocupação da região costeira era um evento global e a presença de sítios arqueológicos, do tipo sambaqui, era um traço comum. Este tipo de sítio constitui-se num conjunto de camadas de conchas com abundantes vestígios de outros animais e notabiliza-se, em seu interior, uma grande variedade de atividades, não se restringindo a mais evidente, a coleta de moluscos bivalves. Em Guaratiba, região da Baía de Sepetiba onde existe um grande número de sambaquis, são encontrados diversos vestígios dos então chamados coletores e pescadores pré-históricos que podem ser identificados como evidências Tupi-Guarani (KNEIP, 1987).

Nos manguezais ocorrem uma série de fenômenos naturais de grande importância ecológica e econômica. É relevante que os ecossistemas do manguezal possuam elevada bioprodução, podendo esta atingir até 20 toneladas de matéria orgânica. A alta produção de matéria orgânica é fundamental nos processos de ciclagem de nutrientes, que influenciam a rica cadeia alimentar presente nos manguezais (SEMADS, 2001).

No Brasil, e em particular no Estado do Rio de Janeiro, o processo histórico de ocupação do solo resultou em muita pressão e, em consequência, na redução de diversas áreas de manguezais. Por isso mesmo, as questões socioambientais merecem ser estudadas e discutidas no que se refere à busca de novos modelos de desenvolvimento que atinja a coexistência num ambiente sadio e produtivo. O desmatamento em áreas de manguezais é uma das alterações ambientais mais antigas no Brasil, praticado desde o século XVI. Nesta época, o corte de árvores era provocado para obtenção de tinta (tanino) utilizada para tingir tecidos em curtumes (SEMADS, 2001).

Estudos apontam que os mangues, em comparação a outros ecossistemas, como as florestas tropicais e o ecossistema marinho, chegam a acumular uma média de 1.000 toneladas de carbono (C) por hectare, essa quantidade é principalmente retirada do solo, de 83% até 99%, devido ao sistema radicular, e assim possui uma dupla importância, uma delas é que esse carbono fixo ao substrato ajuda a acumulá-lo, além de prevenir que ocorram erosões e inundações, justamente pela força das correntes marítimas, além de estar retido na biomassa das árvores. Esse carbono (C) acumulado tem uma parte que é devolvida para a atmosfera em forma de dióxido de carbono (CO₂), devido ao processo de fotossíntese utilizado pelas plantas. (DUKE et al., 2014).

Outro papel importante dos manguezais é que atuam como um berço para as diversas espécies de animais que utilizam essa localidade para a sua reprodução (Ferreira, 2006), e também à população ribeirinha, que usufrui de algumas espécies tanto para a sua subsistência quanto para o seu sustento.

Um dos principais problemas causados pelas ações antrópicas sobre os manguezais é justamente o desmatamento, quando esse processo ocorre traz consigo diversas ações que interferem na regulação do clima global. A devastação dessas áreas contribui grandemente para o aquecimento da terra, nos últimos 150 anos houve um aumento de 0,8°C e previsões

indicam que expandirá ainda mais (AGÊNCIA EUROPEIA DO AMBIENTE, 2016), com a derrubada de árvores deste ecossistema, ocasionando na liberação de todo carbono que estava armazenado, e consecutivamente agravará a situação do efeito estufa, pois haverá um aumento da temperatura.

Gimeniz (2015) ressaltou também que as raízes das árvores dos manguezais funcionam como barreiras, pois assim impedem que aconteçam erosões e inundações, as árvores servem para a fabricação de carvão vegetal e o desflorestamento funciona como uma forma de “abrir espaço” para a carcinicultura (produção de camarão), porém nenhuma forma de retorno financeiro, por melhor que ele possa ser, se justifica para a degradação de uma área extremamente importante para o planeta terra.

Alguns estudiosos afirmam que se tivesse se extinguido as áreas de manguezais do continente asiático, a sua destruição seria muito maior, justamente pela barreira que ela forma (FERREIRA, 2006).

As comunidades de pescadores artesanais ou comerciais na América Latina, como outras tantas que praticam atividades de escala e tradição familiar, estão em crise. Aproximadamente 90% dos pescadores latino-americanos são artesanais e contribuem para o sustento nutricional de milhares de famílias, além do que, com a comercialização dos seus produtos, contribuem para os gastos com saúde, moradia e educação. Contudo, paradoxalmente, não são participantes ativos nas políticas públicas, apesar de sua importância para a segurança alimentar, as economias locais e o conhecimento dos ecossistemas (PIÑEYRO et al., 2016).

Pelo ponto de vista socioambiental algumas comunidades ribeirinhas mantêm relação de grande dependência com os recursos oferecidos pelos manguezais. Há povoados inteiros construídos somente com a madeira extraída desse ecossistema, que utilizada para a construção de casas e dos barcos e ainda serve como lenha para cozinhar seus alimentos. Boa parte das proteínas da dieta alimentar dessas populações provém dos manguezais. Tudo de forma bem artesanal. As mulheres e as crianças saem durante a maré baixa à procura de mariscos, tanto daqueles que se enterram no lodo como das ostras. Enquanto isso, os homens pescam nas águas protegidas dos estuários. Esses agrupamentos populacionais são pobres e, de um modo geral, não recebem apoio dos órgãos governamentais. Ainda existem

curandeiros que, empregando diferentes produtos vegetais, fazem uso das propriedades bactericidas e adstringentes na cura de várias moléstias comuns a este ambiente (SCHAEFFER- NOVELLI, 1995; SCHAEFFER- NOVELLI et al., 2015).

Hoje, no Estado do Rio de Janeiro, o desmatamento é praticado com diferentes fins. Na baía de Guanabara a madeira de mangue é utilizada como combustível (carvão), para produção de cercas e construção de casas e currais. Na baía de Sepetiba a madeira é utilizada principalmente para construção de currais de pesca, enquanto que na baía de Ilha Grande o desmatamento está associado à exploração imobiliária que ao longo do tempo estimulou a destruição de inúmeras áreas de manguezais. O corte da vegetação de mangue, além de destruir a flora, expõe o sedimento ao sol provocando ressecamento e a salinização do substrato resultando na morte de caranguejos e mariscos, como também afetando a produtividade e a pesca de caranguejos, camarões e peixes (SEMADS, 2001).

Pena e Martins (2014) mencionaram que as atividades dos pescadores artesanais e, sobretudo, pescadoras no trabalho de extração de mariscos, fazem deles sujeitos invisíveis pela situação de negligência e desamparo institucional e não se explica pela reduzida quantidade de trabalhadores, mas, contrariamente, os dados oficiais (Brasil, 2009) indicavam em 2009 haver aproximadamente 833 mil pescadores registrados no país.

A imersão nos territórios de pesca e mariscagem permitiram verificar que estas categorias profissionais que sobrevivem há milênios ainda não conquistaram o direito efetivo à saúde, em especial à saúde do trabalhador (MOTA e PENA, 2014).

Rosa e Mattos (2010) relataram sobre a saúde e os riscos em pescadores artesanais da Baía de Guanabara a informalidade e condições de vida precárias e a desilusão com a profissão; jornada excessiva de 8 a 12 horas no mar, trabalho noturno, acidentes relacionados ao trabalho, como afogamentos, picada de insetos e animais peçonhentos.

A Constituição Brasileira (Brasil, 1988) considera os direitos à saúde e ao trabalho como direitos sociais, portanto, “direitos que tendem a realizar a equalização de situações sociais desiguais” e assegura a categoria dos pescadores artesanais direitos previdenciários como segurado especial, dentre os quais o seguro acidentário, em função da vulnerabilidade de vida em contextos sociais e culturais marcados por condições inseguras, insalubres e sem infraestrutura para proteção à saúde.

Por outro lado, Pena e Gomez (2014) afirmam que os pescadores artesanais e as marisqueiras convivem com a degradação dos ambientes dos territórios de pesca pela contaminação de esgotos, por falta de saneamento, poluição química, industrial e agrotóxica. Os mesmos autores (2014) alertaram ainda que os territórios da pesca ainda são ameaçados pela expansão do turismo associado à especulação imobiliária e grandes projetos portuários e industriais. Além disso, sofrem os efeitos emergentes das mudanças climáticas que ameaçam os recursos dos quais dependem para a subsistência.

Estes fatos já haviam sido relatados por Silva (1998) quando afirmou que algumas classes de trabalhadores, como os pescadores e as marisqueiras, inscrevem-se no exercício desafiador da busca de garantia de condições iguais em uma sociedade capitalista, que se caracteriza justamente pela geração e manutenção de relações desiguais de produção.

A dimensão conflitante desses territórios deriva da concorrência de diversos atores com diferentes usos, lógicas e interesses sobre os seus recursos naturais, particularmente pesqueiros e paisagísticos. Cabe à governança responder ao processo de desigualdade dos setores tradicionais frente aos modelos modernizadores das bacias hidrográficas e territórios hidrossociais, e assim gerar políticas públicas democráticas onde as desigualdades socioeconômicas e de acesso aos recursos hídricos se aprofundem (PIÑEYRO et al., 2016).

Pena e Freitas (2014) afirmaram, em relação às condições de trabalho da pesca artesanal, que o manejo praticado pelos pescadores artesanais da Ilha da Maré, na Bahia, incluindo a coleta de mariscos, se constitui na produção realizada por homens, mulheres e crianças, com poucas modificações em relação aos métodos praticados há milênios.

A pesca artesanal representa, assim, desafios na saúde, previdência e nas políticas públicas para a superação da precariedade econômica. Trata-se de homens, crianças e principalmente mulheres expostas aos mais variados riscos e a processos de adoecimento sem acesso à proteção da saúde dos trabalhadores, sendo categorias simultaneamente vulneráveis socialmente, diante das condições de pobreza, e resistentes ao manterem modos de trabalho tradicionais no mesmo tempo em que se dá a sociedade industrial e terciária (PENA e FREITAS, 2014).

Em análise das condições laborais e de saúde de trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal Pena e Gomez (2014), com base em atividades de pesquisa e extensão

universitária realizadas em uma região pesqueira do Estado da Bahia, apontaram desafios existentes para implementar ações de Vigilância à Saúde do Trabalhador (VISAT) junto a essa modalidade de trabalhadores, inseridos em formas de produção tradicionais, que sobrevivem em precárias condições socioeconômicas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futuro almejado da pesca artesanal brasileira, com a exploração sustentável dos recursos pesqueiros e a institucionalização dos mecanismos de interação democrática entre os trabalhadores e trabalhadoras da pesca com os interesses conflitantes, está longe de ser alcançado, apesar dos grandes esforços dos especialistas e estudiosos da área.

A informalidade na atividade de pesca artesanal, com pouca tecnologia e poucos recursos disponíveis para uma demanda reprimida nas questões sociais, sanitárias e ambientais, com enfermidades transmissíveis e carências típicas da miséria, associadas às doenças crônico-degenerativas, abuso de drogas e aos agravos à saúde, é um entrave a ser superado.

Os pescadores artesanais brasileiros fazem parte de uma categoria de trabalhador que soma cerca de um milhão de pessoas, entre homens, mulheres e crianças, que fica exposta aos riscos à saúde e continua invisível nos sistemas estatísticos epidemiológicos relacionados as péssimas condições de trabalho, não havendo o reconhecimento do seu direito previdenciário, sendo necessária a efetivação de políticas públicas de atenção a este setor produtivo do país.

Torna-se urgente a melhoria das condições de trabalho dessa população que realiza extensa jornada de trabalho com a realização repetitiva de intensos esforços físicos associados à precariedade econômica, devido a uma relação comercial injusta a que são submetidos com a figura do intermediário que se apropria da maior parte do fruto do seu trabalho, sem que haja uma reação do poder público no planejamento de estratégias que protejam essa classe de trabalhadores, por meio de ações político-pedagógicas nesse segmento com a construção de formas associativas ou de outras iniciativas de agregação de valor aos produtos *in natura*, reformulando políticas públicas visando a melhoria da

qualidade de vida das comunidades locais e seus meios de sustento, como é o caso dos pescadores artesanais e dos recursos hídricos em seus territórios.

REFERÊNCIA DE LITERATURA

AGÊNCIA EUROPEIA DO AMBIENTE. **Alterações climáticas**. Disponível em:

<http://www.eea.europa.eu/pt/themes/climate/intro>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

ALVES, J. R. P. **Manguezais: educar para proteger**. Rio de Janeiro. FEMAR (ed.). 2001. 96 p.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**. Brasil 2008-2009. Brasília. Ministério da Pesca e Aquicultura. disponível em:

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap/, acessado em 01 de maio de 2018.

CORTEZ, A. T. C. O lugar do homem na natureza. **Revista do Departamento de Geografia**. USP, São Paulo, v.22. p. 29-44. 2011.

DUKE, N.; NAGELKERKEN, I.; AGARDY, T. **The importance of mangroves to people: a call to action**. New York. UNEP-WCMC (ed.). 2014. 128p.

FERREIRA, W. A vital importância do mangue no efeito estufa. **Revista de Ecologia do Século 21**. ECO 21, Rio de Janeiro, v. 118, 2006.

GIMENIZ, K. **O homem faz o clima. E faz mal**. Disponível em:<

www.super.abril.com.br/ideias/o-homem-faz-o-clima-e-faz-mal>. Acesso em: 17 abr. 2018.

KNEIP, L. M. **Coletores e pescadores pré-históricos de Guaratiba**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Niterói, RJ: Eduff. 256p.

KOTLER, P.; LEE, N. **Marketing contra a pobreza**. Porto Alegre. Bookman (ed.). 2010. 320p.

MOTA, S. E.; PENA, P. G. L. **Pescador e pescadora artesanal: estudo sobre condições de trabalho e saúde em Ilha de Maré, Bahia**. In: PENA, P. G. L; MARTINS, V. L. A (Orgs.).

Sofrimento negligenciado: doenças do trabalho de marisqueiras e pescadores artesanais. Salvador, UFBA (ed.). p. 31-51. 2014.

OGEDA, M. S; SEIXAS FILHO, J. T. - **Ação antrópica interferindo nos manguezais que altera o equilíbrio global: caso canal do Cunha no Rio de Janeiro**. In: III SEMINÁRIO DAS ÁGUAS:

MANGUES DO RIO. Seixas Filho, J. T. e Silva, C. A. F. (Orgs.). Rio de Janeiro. H. P. Comunicação Editora. p. 29-46. 2017.

PENA, P. G. L.; FREITAS, M. C. S. **Condições de trabalho da pesca artesanal de mariscos e riscos para LER/ DORT em uma comunidade pesqueira da Ilha da Maré, Ba**. In: PENA, P. G.

L; MARTINS, V. L. A (Orgs.). Sofrimento negligenciado: doenças do trabalho de marisqueiras e pescadores artesanais. Salvador, UFBA (ed.). p. 53-92. 2014.

PENA, P. G. L.; GOMEZ, C. M. Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a Vigilância em Saúde do Trabalhador. Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.19, n.12. p. 4689-4698, 2014.

PENA, P. G. L; MARTINS, V. L. A (Orgs.). **Sofrimento negligenciado: doenças do trabalho de marisqueiras e pescadores artesanais**. Salvador, UFBA (ed.). 2014. 352p.

PEREIRA FILHO, O.; ALVES, J.R.P. Conhecendo o manguezal: apostila técnica, grupo mundo da lama. 4. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999. 10 p.

PIÑEYRO, N.; MORENO, A. S.; GARCÍA, A. H. Desafios das comunidades de pescadores e o papel dos governos na América Latina: **Desafios do Desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (ed.). Edição 88. 2016. In: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3298&catid=29&Itemid=34, acessado em 24 de novembro de 2018.

PRAHALAD, C. K. **A Riqueza na Base da Pirâmide**. Porto Alegre: Bookman, 2010. 408p.

ROSA, M. F. M.; MATTOS, U. A. O. A saúde e os riscos dos pescadores e catadoras de caranguejo da Baía de Guanabara. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, (supl. 1/0, p. 1543-1552. 2010.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Manguezal - ecossistema entre a terra e o mar**. São Paulo: USP, 1995. 64p.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y.; VALE, C. C.; CINTRÓN, G. **Monitoramento do ecossistema manguezal: estrutura e características funcionais**. In: TURRA, A., and DENADAI, MR., orgs. Protocolos para o monitoramento de habitats bentônicos costeiros. Rede de Monitoramento de Habitat Bentônicos Costeiros ReBentos [online]. São Paulo: Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, p. 62-80. 2015.

SEIXAS FILHO, J. T.; SILVA, C. A. F (Orgs.). **III SEMINÁRIO DAS ÁGUAS: MANGUES DO RIO**. Rio de Janeiro. H. P. Comunicação Editora. 2017. 116p.

SEMADS. Manguezais: **Educar para proteger**. Organizado por Jorge Rogério Pereira Alves. Rio de Janeiro, 2001. 96p.

SILVA, J. A. **Direito constitucional positivo**. 15. Malheiros (ed.), 1998. 289p.